

APÊNDICE I

ACTO SUPLEMENTAR A/SA.1/12/08 QUE ADOPTA AS NORMAS DE CONCORRÊNCIA DA COMUNIDADE E AS MODALIDADES DA SUA APLICAÇÃO NA CEDEAO

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES

CONSIDERNADO os Artigos 7º, 8º e 9º do Tratado emendado da CEDEAO que institui a Conferência de Chefes de Estado e de Governo e define a sua composição e funções;

CONSIDERANDO o Artigo 3º do referido Tratado que prevê a harmonização e a coordenação de políticas nacionais na área do comércio como meio de manter e promover a estabilidade económica na região;

RECONHECENDO que a economia no Mercado Comum da CEDEAO deve ser eficaz e competitiva a fim de promover e facilitar as condições necessárias para o crescimento económico da região;

CONVENCIDOS de que um ambiente regulador efectivo traz vantagens para a promoção e sustentabilidade de uma economia dinâmica no Mercado Comum e nas economias nacionais dos Estados Membros da CEDEAO;

ANOTANDO que a promulgação das Normas de Concorrência da Comunidade são compatíveis com os objectivos de desenvolvimento económico dos Estados Membros da CEDEAO;

RECONHECENDO igualmente que a protecção das condições do mercado através da implementação efectiva das Normas de Concorrência é compatível com as melhores práticas internacionais para salvaguardar a integração económica na Região CEDEAO;

DESEJANDO dotar a CEDEAO de Normas de Concorrência que sejam compatíveis com padrões internacionais a fim de promover a transparência no comércio e a sua liberalização efectiva;

TENDO ANALISADO O PARECER do Parlamento da CEDEAO,

SOB RECOMENDAÇÃO da 65ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, realizada em Ouagadougou de 27 a 29 de Novembro de 2008,

DECIDEM O SEGUINTE:

ARTIGO 1º: DEFINIÇÕES

(1) No presente Acto Suplementar, salvo indicação contrária:

- (a) **"Adquirir"**, em relação a:
 - i) bens: significa obter através de donativo, compra ou troca, arrendamento, aluguer ou aluguer/venda;
 - ii) serviços: significa beneficiar de ou realizar o serviço;
 - iii) direitos de propriedade intelectual: significa obter através de licença, uma atribuição ou subvenção do Governo.
- (b) **"Acordo"**, é qualquer acordo, medida ou entendimento, oral ou escrito, que pode ser legalmente aplicável ou não;
- (c) **"Prática anti-concorrência"**, qualquer prática vinda de uma pessoa moral ou física cujo objectivo ou efeito é travar a concorrência em prejuízo do Mercado Comum;
- (d) **"Autoridade"**, é a Autoridade da CEDEAO para a Concorrência criada ao abrigo do Artigo 13º do presente Acto Suplementar;
- (e) **"Agente autorizado"**, é qualquer pessoa designada pela Autoridade da Concorrência da CEDEAO para a aplicação do presente Acto Suplementar;
- (f) **"Prática concertada"**, é uma prática que envolve contactos directos e indirectos entre concorrentes que não conseguiram alcançar um verdadeiro acordo;
- (g) **"Consumidor"**, é uma pessoa, parceria ou pessoa moral ou jurídica que adquire bens e serviços;

- (h) “Actividade económica”, são as actividades económicas que envolvem:
 - i) Manufatura, produção, transporte, aquisição, fornecimento, armazenagem, distribuição e comércio de bens para a produção de lucros ou recompensa; e
 - ii) Aquisição, fornecimento e comércio de serviços para obtenção de lucros ou recompensa;
- (i) “Controlo” em relação a uma empresa significa o poder de uma pessoa física ou moral garantir através de:
 - i) Posse de acções ou de poder de votação em relação a essa empresa; ou
 - ii) Qualquer outro poder conferido pelos documentos que constituem a empresa ou outros documentos que regulam a empresa;
 - iii) O exercício efectivo de poder de decisão na empresa para que os negócios sejam realizados de acordo com os desejos dos indivíduos;
- (j) “Conselho”, é o Conselho de Ministros da CEDEAO, cuja composição está definida no novo Artigo 10º do Protocolo Suplementar A/SP.1/06/06;
- (k) “Documento”, é a informação escrita incluindo registos electrónicos;
- (l) “Posição dominante”, é a definição contida no Artigo 6º(i) do presente Acto Suplementar;
- (m) “Empresa”, é qualquer pessoa ou grupo de pessoas envolvidas em negócios;
- (n) “Director Executivo”, é o Director Executivo da Autoridade da Concorrência da CEDEAO, nomeado nos termos do Artigo 13º deste Acto Suplementar;
- (o) “Bens”, são todos os tipos de propriedade que não bens imobiliários, dinheiro, valores mobiliários ou mobilizações incorpóreas;

- (p) “Estados Membros”, são os Estados Membros da CEDEAO nos termos do Artigo 2º, parágrafo 2 do Tratado Revisto da CEDEAO;
 - (q) “Pessoa”, é um indivíduo, parceria, órgão, social ou não, ou qualquer associação de pessoas;
 - (R) “Preço”, é a taxa, remuneração ou consideração de qualquer valor;
 - (s) “Produtos”, incluem bens e serviços;
 - (t) “Mercado relevante” significa o fornecimento, para uma área geográfica, de produtos que o consumidor considera como substituíveis em termos de preço e utilização;
 - (u) “Serviço”, significa o desempenho industrial, comercial, profissional ou outros;
 - (v) “Fornecimento”, significa em relação a:
 - i) bens: vender, alugar, arrendar ou alienar bens ou direitos a eles relacionados, ou oferecer a fim de fazer a alienação desses bens, direitos ou interesses;
 - ii) serviços: vender, arrendar, ou fornecer serviços ou oferecer para prestar esses serviços.
 - (w) “Comércio”, é qualquer negócio, indústria, profissão ou ocupação relacionada com o fornecimento ou aquisição de produtos.
- (2) Para aplicação deste Acto Suplementar:
- (a) duas empresas devem ser tratadas como empresas inter-conectadas se uma delas for filial da outra ou se ambas forem subsidiárias da mesma empresa, e
 - (b) um grupo de empresas inter-conectadas deve ser considerado uma única empresa.

- (3) Nos termos deste Acto Suplementar, uma empresa é subsidiária de outra se for controlada por essa empresa.
- (4) Qualquer referência no presente Acto Suplementar ao termo "mercado" é uma referência a um mercado dentro da CEDEAO para produtos e outros artigos que, de facto e com base na prática comercial razoável, possam ser substituídos em termos de preço e utilização.
- (5) Neste Acto Suplementar, qualquer referência aos termos "mercado comum" significa o mercado comum da CEDEAO que está a ser criado.
- (6) As referências neste Acto Suplementar à "diminuição da concorrência" devem, salvo indicação contrária neste contexto, incluir referências ao impedimento da concorrência no Mercado Comum, ou no Mercado Nacional se essa diminuição de concorrência tiver um efeito significativo no Mercado Comum.
- (7) No quadro deste Acto Suplementar, o efeito sobre a concorrência no mercado relevante deve ser determinado pela referência a todos os factores que afectam a concorrência nesse mercado, incluindo a concorrência (actual ou potencial) de produtos fornecidos ou susceptíveis de serem fornecidos por qualquer pessoa não residente ou que faça negócios no Mercado Comum da CEDEAO.

ARTIGO 2º: ADOÇÃO DAS NORMAS DE CONCORRÊNCIA DA COMUNIDADE

As Normas de Concorrência da Comunidade e as modalidades para a sua implementação, tal como definidas no presente Acto Suplementar são pela presente adoptadas.

ARTIGO 3º: OBJECTIVOS

Os objectivos deste Acto Suplementar são:

- (a) Promover, manter e encorajar a concorrência e fomentar a eficiência económica na produção e no comércio ao nível regional;

- (b) Proibir qualquer prática comercial anti-competitiva que evite, restrinja ou distorça a concorrência ao nível regional;
- (c) Garantir o bem-estar dos consumidores e a protecção dos seus interesses;
- (d) Alargar oportunidades para as empresas nacionais dos Estados Membros participarem nos mercados mundiais.

ARTIGO 4º: CAMPO DE APLICAÇÃO

- (1) Este Acto Suplementar aplica-se aos acordos, práticas, fusões e distorções causadas pelos Estados Membros que são susceptíveis de influenciar o comércio no espaço CEDEAO. As normas dizem respeito nomeadamente a actos que afectam directamente o comércio regional e os fluxos de investimento e/ou comportamentos que não podem ser eliminados a não ser no quadro da cooperação regional.
- (2) Os acordos e actividades abaixo enumerados podem ser excluídos do âmbito das questões laborais nomeadamente actividades de trabalhadores para a protecção legal dos seus interesses:
 - (a) Acordos de contratação colectiva entre empregadores e trabalhadores com o objectivo de fixar os termos e as condições de emprego;
 - (b) Acordos e práticas comerciais aprovados por um órgão regional de concorrência da CEDEAO em que essas práticas comerciais são autorizadas nos termos deste Acto Suplementar;
 - (c) Actividades expressamente isentas em virtude de qualquer tratado, instrumento ou acordo relacionado ou delas decorrente, desde que as actividades não sejam incompatíveis com os objectivos do presente Acto Suplementar;
 - (d) Actividades de associações profissionais concebidas para desenvolver ou aplicar normas de concorrência profissionais minimamente necessárias à protecção do público;

- (e) Qualquer outra actividade declarada, após consulta com a Autoridade da Concorrência da CEDEAO, pelo Conselho de Ministros.
- (3) As Normas Comunitárias sobre a Concorrência devem ser igualmente aplicáveis às empresas estatais.

ARTIGO 5º:
ACORDOS E PRÁTICAS CONCERTADAS NA RESTRIÇÃO DO
COMÉRCIO

- (1) As medidas seguintes devem ser proibidas por serem incompatíveis com o Mercado Comum da CEDEAO: todos os acordos entre empresas, decisões de associações de empresas e práticas concertadas que possam afectar o comércio entre os Estados-Membros da CEDEAO e cujo objectivo ou efeito sejam ou possam ser a prevenção, restrição, distorção ou eliminação da concorrência no seio do Mercado Comum e em particular as que:
 - (a) directa ou indirectamente fixam os preços de compra ou venda, os termos de venda ou outras condições de comércio;
 - (b) limitam ou controlam a produção, os mercados, o desenvolvimento técnico ou o investimento;
 - (c) partilham mercados, clientes, ou fontes de abastecimento;
 - (d) aplicam condições diferentes para transacções equivalentes com outras partes comerciais colocando-as assim em desvantagem competitiva; ou
 - (e) celebram contratos sujeitos à aceitação pelas outras partes de obrigações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com práticas comerciais, não têm nenhuma ligação com o conteúdo desses contratos.
- (2) Qualquer acordo ou decisão proibida no sub-parágrafo 1 deste Artigo deve ser automaticamente nulo e sem valor legal em qualquer Estado Membro da CEDEAO.

ARTIGO 6º: ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE

- (1) Nos termos do Acto Suplementar, uma ou mais empresas mantêm uma posição dominante num mercado relevante, se a nível individual ou colectivo, possuir(em) uma quota substancial do mercado que a(s) permita controlar os preços ou excluir a concorrência.
- (2) Qualquer abuso ou aquisição e abuso de uma posição dominante por uma ou mais empresas no seio do Mercado Comum da CEDEAO ou numa parte substancial desse mercado deve ser proibido como sendo incompatível com o Mercado Comum na medida em que pode afectar o comércio entre os Estados Membros.

Este abuso pode, em especial, consistir no seguinte:

- (a) Limitar o acesso a um mercado importante ou de outra forma restringir indevidamente a concorrência;
- (b) Directa ou indirectamente impor preços de compra e venda injustos ou outras condições comerciais desiguais;
- (c) Limitar a produção, os mercados ou o desenvolvimento técnico em prejuízo dos consumidores;
- (d) Aplicar condições diferentes a transacções equivalentes com outras partes comerciais colocando-as assim em desvantagem competitiva;
- (e) Celebrar contratos sujeitos à aceitação, pelas outras partes, de obrigações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com as práticas comerciais, não têm ligação nenhuma com o conteúdo desses contratos.

ARTIGO 7º: FUSÕES E AQUISIÇÕES

- (1) Qualquer fusão, aquisição de controlo, empresa conjunta ou outra aquisição ou combinação de negócios nomeadamente direcções inter-conectadas sejam de natureza horizontal, vertical ou em

conglomerado entre empresas, são proibidas se a quota de mercado resultante no Mercado Comum da CEDEAO, ou qualquer parte significativa dessa quota, atribuível a qualquer bem, serviço, linha de comércio, ou actividade que afecta o comércio resultar no abuso da posição dominante do mercado, numa redução substancial da concorrência.

- (2) Qualquer fusão proibida no parágrafo 1 deste artigo deve ser automaticamente nula e sem efeito em qualquer Estado Membro da CEDEAO.
- (3) As fusões, aquisições ou concentrações de empresas proibidas em virtude do parágrafo 1 deste Artigo podem ser autorizadas ou isentas se a referida transacção for de interesse público.

ARTIGO 8º: AJUDA ESTATAL

- (1) Salvo indicação contrária neste Acto suplementar, qualquer ajuda concedida por um Estado Membro ou através de recursos estatais em qualquer forma que distorça ou ameace distorcer a concorrência favorecendo algumas empresas ou a produção de determinados bens deve, uma vez que afecta o comércio entre os Estados Membros, ser incompatível com o Mercado Comum da CEDEAO.
- (2) Os seguintes aspectos devem ser compatíveis com o Mercado Comum:
 - (a) Ajudas que têm carácter especial concedidas a consumidores individuais, desde que essa ajuda seja concedida sem discriminação relacionada com a origem dos respectivos produtos; e
 - (b) Ajudas para resolver os danos causados por catástrofes naturais ou acontecimentos excepcionais.
- (3) Os seguintes aspectos podem ser considerados como compatíveis com o Mercado Comum da CEDEAO:

- (a) Ajuda para promover o desenvolvimento sócio-económico de áreas da Comunidade em que o nível de vida é extremamente baixo ou em que há uma grave situação de sub-emprego;
- (b) Ajuda para promover a execução de um importante projecto de interesse da Comunidade ou para solucionar uma grave perturbação na economia de um Estado Membro;
- (c) Ajuda para facilitar o desenvolvimento de algumas actividades económicas ou de algumas áreas económicas, se essa ajuda não afectar negativamente as condições de comércio que sejam até certo ponto contrárias ao interesse comum;
- (d) Ajuda para promover a cultura e a conservação do património se essa ajuda não afectar as condições do comércio e da concorrência na Comunidade até certo ponto contrárias aos interesses comuns;
- (e) Outros tipos de ajuda que possam ser especificadas por uma decisão da Conferência de Chefes de Estado e de Governo sob recomendação do Conselho de Ministros com base numa proposta da Autoridade da Concorrência da CEDEAO.

ARTIGO 9º: EMPRESAS PÚBLICAS

- (1) No caso de empresas públicas e empresas para as quais os Estados Membros concedem direitos especiais ou exclusivos, os Estados Membros não aplicam nem mantêm em vigor qualquer medida contrária às normas contidas no presente Acto Suplementar.
- (2) As empresas responsáveis pela operação de serviços de interesse económico geral ou que têm carácter de monopólio de produção de rendimentos devem ser sujeitas às normas contidas no presente Acto Suplementar, desde que a aplicação dessas normas não entrave o desempenho, de facto ou de direito, das tarefas especiais que lhes forem atribuídas. O desenvolvimento do comércio deve ser afectado em proporções que não sejam contrárias aos interesses da CEDEAO.

**ARTIGO 10º:
COMPENSAÇÃO DAS VÍTIMAS DE PRÁTICAS ANTI-
COMPETITIVAS**

- (1) Uma pessoa ou Estado Membro que for lesada devido a práticas anti-competitivas proibidas no quadro deste Acto Suplementar podem, mediante pedido a Autoridade, receber uma indemnização pelos danos sofridos.
- (2) As condições para a concessão da indemnização estipuladas no parágrafo 1 devem ser definidas num Regulamento subsidiário.

ARTIGO 11º: AUTORIZAÇÕES E ISENÇÕES

- (1) A Autoridade Regional referida no Artigo 13º(1) deste Acto Suplementar pode declarar inaplicáveis as disposições do Artigo 5º deste Acto no caso de:
 - (i) Acordo ou grupo de acordos entre empresas ;
 - (ii) Decisão ou grupo de decisões tomadas pelas associações empresariais;
 - (iii) Prática concertada ou grupo de práticas concertadas, que contribuam para melhorar a produção ou distribuição de bens ou para promover o progresso técnico ou económico, permitindo assim aos consumidores uma parte justa dos benefícios resultantes, e que não:
 - (a) imponham às referidas empresas restrições que não sejam indispensáveis à realização dos seus objectivos;
 - (b) dar a essas empresas a possibilidade de eliminar a concorrência relativamente a uma parte substancial dos produtos em questão.
- (2) As fusões, aquisições ou outras combinações comerciais proibidas nos termos do Artigo 7º deste Acto Suplementar podem ser autorizadas pela Autoridade de Concorrência da CEDEAO se a transacção em questão for de interesse público.
- (3) Sob reserva das condições que serão definidas noutro Acto Suplementar, a Autoridade pode autorizar qualquer pessoa a

concluir ou executar um acordo ou entrar em práticas comerciais susceptíveis de violar as disposições estipuladas por este Acto Suplementar.

ARTIGO 12º:
ACORDOS CELEBRADOS PELOS ESTADOS MEMBROS

- (1) A Comissão da CEDEAO deve celebrar, em nome dos Estados Membros, outros acordos internacionais sobre a concorrência.
- (2) Se, antes da entrada em vigor do presente Acto Suplementar, os Estados Membros tiverem celebrado acordos ou adoptado legislação nacional em matéria de concorrência que sejam incompatíveis com as disposições deste Acto Suplementar, devem tomar todas as medidas necessárias para eliminar as incompatibilidades observadas no mais curto de espaço de tempo.

ARTIGO 13º:
APLICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS DE
CONCORRÊNCIA DA CEDEAO

- (1) Será criada uma estrutura no seio da CEDEAO denominada Autoridade Regional da Concorrência, responsável pela implementação do presente Acto Suplementar.
- (2) As normas de organização e funcionamento da Autoridade serão definidas num Regulamento.
- (3) Na implementação das Normas de Concorrência da Comunidade, a Autoridade Regional deve colaborar com as agências de concorrência existentes (UEMOA).
- (4) Pelo presente, é criado um Comité Consultivo da Concorrência composto por membros que são peritos na área da concorrência. Cada Estado Membro deve estar representado por dois desses membros que podem ser substituídos por outros membros em caso de incapacidade. O funcionamento do Comité é regido por um Regulamento Interno adoptado pela Comissão depois de consultar o Comité.

- (5) Quando o Comité tiver de lidar com uma questão relacionada com o sector económico importante, a delegação de cada Estado Membro deve incluir um representante da Agência Nacional de Regulação do sector pertinente ou pelo menos um representante da associação profissional do referido sector.
- (6) Para fins de aplicação das Normas Comunitárias sobre a Concorrência, os Estados Membros devem adoptar todas as medidas que julgarem necessárias, desde que não sejam incompatíveis com as disposições do Acto Suplementar.
- (7) As modalidades para a implementação deste acto devem ser definidas num Regulamento a ser adoptado pelo Conselho de Ministros.

ARTIGO 14º: EMENDA E REVISÃO

- (1) Os Estados Membros, o Conselho de Ministros, o Parlamento da CEDEAO e a Comissão da CEDEAO podem submeter propostas de emenda ou revisão deste Acto Suplementar.
- (2) As propostas que não saírem da Comissão da CEDEAO devem ser apresentadas à mesma. A Comissão deve enviar aos Estados Membros todas as propostas para emenda e revisão dentro de 30 dias após a sua recepção. Depois de expirar o prazo de 30 dias concedido aos Estados Membros, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo deve analisar as propostas de emenda ou revisão do Acto Suplementar.
- (3) As emendas ou revisões devem ser adoptadas pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo de acordo com as disposições do Artigo 9º do Tratado da CEDEAO. As emendas e revisões adoptadas devem entrar em vigor depois da sua publicação no Boletim Oficial da Comunidade.

ARTIGO 15º: PUBLICAÇÃO

Este Acto Suplementar deve ser publicado pela Comissão da CEDEAO no Boletim Oficial da Comunidade dentro de 30 dias após a sua

assinatura pelo Presidente do Conselho de Ministros. Será igualmente publicado por cada Estado Membro no seu Boletim Nacional dentro de 30 dias após notificação da Comissão.

ARTIGO 16º: ENTRADA EM VIGOR

1. Este Acto Suplementar entra em vigor depois da sua publicação. Por conseguinte, os Estados Membros signatários e as Instituições da CEDEAO devem começar a implementação das suas disposições logo após a sua entrada em vigor.
2. Este Acto Suplementar está anexado ao Tratado da CEDEAO do qual é parte integrante.

ARTIGO 17º: AUTORIDADE DEPOSITÁRIA

Este Acto Suplementar será depositado na Comissão que envia cópias autênticas e certificadas a todos os Estados Membros e o regista na União Africana, nas Nações Unidas e noutras organizações que o Conselho determinar.

**EM FÉ DE QUE, NÓS, CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA
COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA
OCIDENTAL, ASSINAMOS ESTE ACTO SUPLEMENTAR**

FEITO EM ABUJA A 19 DE DEZEMBRO DE 2008

**NUM ÚNICO ORIGINAL EM INGLÊS, FRNCÊS E PORTUGUES,
FAZENDO OS TRÊS TEXTOS IGUALMENTE FÉ**

APÊNDICE II

ACTO SUPLEMENTAR A/SA.2/12/08 SOBRE A CRIAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA AUTORIDADE REGIONAL DA CEDEAO PARA A CONCORRÊNCIA

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES

CONSIDERANDO os Artigos 7º, 8º e 9º do Tratado emendado da CEDEAO que cria a Conferência de Chefes de Estado e de Governo e define a sua composição e funções;

CONSIDERANDO o Artigo 3º do referido Tratado que prevê a harmonização e a coordenação de políticas nacionais na área do comércio como forma de manter e promover a estabilidade económica na sub-região;

CONSIDERANDO o Acto Suplementar que adopta as normas de concorrência da Comunidade e as modalidades para a sua implementação no seio da CEDEAO;

REAFIRMANDO que a implementação das Normas de Concorrência da Comunidade é necessária para promover a integração económica dos Estados-membros e estimular o crescimento económico de toda a região;

CONSCIENTES de que a aplicação correcta e eficaz das normas comunitárias exige a criação de um órgão regional dotado de poderes apropriados bem como a definição de procedimentos adequados capazes de garantir a sua eficiência;

RECONHECENDO a necessidade de se basear nos órgãos regionais e sub-regionais existentes sobre a concorrência a fim de melhorar o funcionamento do órgão regional da CEDEAO;

DESEJANDO dotar a Comunidade de uma Autoridade da Concorrência definir as suas atribuições e o seu funcionamento;

TENDO ANALISADO O PARECER do Parlamento da CEDEAO;

SOB RECOMENDAÇÃO da 61ª Sessão do Conselho de Ministros, realizada em Ouagadougou de 27 a 29 de Novembro de 2008,

DECIDEM O SEGUINTE:

ARTIGO 1º

CRIAÇÃO DA AUTORIDADE DA COMPETÊNCIA DA CEDEAO

Pelo presente é criado um órgão regional denominado Autoridade da Competência da CEDEAO, responsável pela implementação das Normas de Concorrência da CEDEAO.

ARTIGO 2º

COMPOSIÇÃO E DESIGNAÇÃO

- (1) A Autoridade é chefiada por um Director Executivo, assistido por dois Directores e pelo pessoal necessário ao seu funcionamento harmonioso.
- (2) O Director Executivo é um funcionário estatutário recrutado e nomeado pelo Conselho de Ministros sob proposta do Comité Ministerial de Selecção e Avaliação do Desempenho dos Funcionários Estatutários, após avaliação de três candidatos nacionais do Estado ao qual o posto foi afectado.
- (3) O Director Executivo é recrutado por um período de quatro anos não renováveis.
- (4) Os Directores e outros funcionários são recrutados de acordo com o Regulamento Interno da CEDEAO mediante nomeação.
- (5) Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo, e num período de transição, o Director Executivo e os dois Directores serão recrutados com base num contrato por um período que não exceda mais de oito anos, e ficarão directamente ligados ao Presidente da Comissão.

ARTIGO 3º FUNÇÕES

Em conformidade com as disposições do Artigo 2º deste Acto Suplementar, a Autoridade da Concorrência da CEDEAO desempenha as seguintes funções:

- (a) Prosseguir a análise das actividades comerciais no Mercado da Comunidade com vista a descobrir as práticas que possam distorcer o funcionamento eficiente do mercado ou que possam afectar negativamente os interesses económicos dos consumidores;
- (b) Realizar, por sua própria iniciativa ou a pedido de privados ou entidades governamentais dos Estados Membros ou do Tribunal de Justiça da Comunidade, essas investigações relativas à realização de negócios no Mercado Comum a fim de que possa determinar se alguma empresa está envolvida em práticas comerciais que violem o Acto Suplementar que adopta as Normas Comuns de Concorrência;
- (c) Impedir e eliminar práticas anti-competitivas que representem um abuso da posição dominante do mercado;
- (d) Propor para adopção, através da Comissão da CEDEAO, ao Conselho de Ministros, a constituição e a revisão periódica da tabela de multas e vários níveis de compensação a serem aplicados no quadro deste Acto Suplementar;
- (e) A pedido das autoridades executivas e judiciais dos Estados Membros e das Instituições da Comunidade, emitir pareceres consultivos sobre a interpretação e aplicação das Normas de Concorrência da Comunidade.
- (f) Cooperar com as instituições de concorrência nacionais e regionais na tomada de medidas necessárias para garantir a implementação das obrigações decorrentes do Acto Suplementar;
- (g) Cooperar e ajudar qualquer associação, organização intergovernamental ou grupo de pessoas no desenvolvimento e

promoção da observância de normas de conduta para garantir o cumprimento das disposições deste Acto Suplementar;

- (h) Disponibilizar às pessoas que fazem negócios bem como aos consumidores, informação geral sobre os seus direitos e obrigações no quadro do Acto Suplementar que adopta as Normas de Concorrência da Comunidade;
- (i) Realizar estudos e publicar relatórios e informação sobre questões que afectam os interesses dos consumidores na implementação do Acto Suplementar que adopta as Normas de Concorrência da Comunidade;
- (j) Como contribuição para o relatório de actividades da Comunidade, preparar e enviar ao Presidente da Comissão da CEDEAO um relatório provisório e um relatório anual sobre as actividades da Autoridade;
- (k) Contribuir para a formação do pessoal das estruturas nacionais de concorrência e dotá-las de apoio nomeadamente na gestão de investigações, criação de uma base de dados relacionada com a concorrência, sensibilização sobre a concorrência e protecção dos consumidores.

ARTIGO 4º : COMPETÊNCIAS

- (1) Sob reserva das disposições relativas às competências do Tribunal de Justiça da Comunidade, a Autoridade, na execução das suas funções no quadro deste Acto Suplementar, tem competência para dar as seguintes ordens:
 - (i) Iniciar e por termo a um contrato;
 - (ii) Proibir a conclusão ou implementação de um contrato;
 - (iii) Proibir a aplicação de termos externos a qualquer transacção cujo efeito é reduzir a concorrência;
 - (iv) Proibir a discriminação ou preferências em questões de preço e outros aspectos afins; e
 - (vi) Exigir a publicação transparente de informações comerciais (preços, tabela de percentagens, condições gerais de venda, composição do produto e datas de validade).

Sujeita às disposições do presente Acto Suplementar, a Autoridade toma as medidas necessárias para o efectivo desempenho das suas funções.

- (2) Ao analisar as candidaturas para autorizações, fusões, aquisições, ou combinações de negócios de acordo com o estipulado no Artigo 7º, parágrafo 3 do Acto Suplementar que adopta as Normas de Concorrência da Comunidade, a Autoridade deve, em especial, ter em conta os seguintes dados:
 - (i) A posição no mercado das empresas em questão bem como o seu poder económico e financeiro;
 - (ii) A estrutura de todos os mercados em questão;
 - (iii) A concorrência verdadeira ou potencial de empresas sediadas dentro ou fora do Mercado Comum da CEDEAO;
 - (iv) Os efeitos da transacção nos fornecedores e compradores;
 - (v) Os obstáculos legais ou outros à entrada bem como as tendências da oferta e da procura relativamente aos bens e serviços em apreço; e
 - (vi) Qualquer potencial de progressos técnicos e económicos criados pela transacção proposta que possam ser de interesse para o consumidor e não constituam entrave à concorrência.
- (3) Com o objectivo de conceder a qualquer pessoa e a qualquer Estado Membro, a autorização prevista no Artigo 12º do Acto Suplementar que adopta as Normas de Concorrência da Comunidade que se referem à autorização para a conclusão ou execução de um acordo visando introduzir nos negócios práticas susceptíveis de violar as proibições impostas por esse Acto Suplementar, a Autoridade terá em conta os seguintes factores, entre outros:
 - (i) A vulnerabilidade dos sectores em questão;
 - (ii) O impacto que o referido acordo ou práticas terá na capacidade das pequenas e médias empresas para competirem efectivamente;
 - (iii) A promoção do desenvolvimento sócio-económico na Comunidade; e
 - (iv) Outras considerações importantes.

- (4) A Autoridade pode retirar ou modificar uma autorização se constatar que:
 - (i) As condições da concessão mudaram;
 - (ii) A informação prestada para apoiar o pedido de autorização era falsa ou incorrecta; ou
 - (iii) As condições e obrigações que regem a concessão de autorização são violadas.
- (5) A Autoridade deve, antes de cancelar ou rever qualquer autorização, enviar uma notificação escrita à parte interessada, especificando as razões da sua decisão e informá-la do seu direito de solicitar a audiência da Autoridade sobre a questão num prazo a ser determinado na referida notificação.
- (6) A Autoridade deve manter um registo das autorizações concedidas, na forma que determinar. O registo será aberto à consulta pública.
- (7) A Autoridade deve obter essa informação se julgar que ela é necessária para as suas investigações e inquéritos e se considerar oportuno, deve analisar e obter a verificação dos documentos que lhe são submetidos.
- (8) A Autoridade tem competência para:
 - (i) Convocar e interrogar testemunhas;
 - (ii) Pedir qualquer documento a ser enviado para análise;
 - (iii) Exigir que qualquer documento que lhe for apresentado tenha como suporte uma declaração escrita;
 - (iv) Requerer informação retroactiva, se necessário, do período referido na notificação; e
 - (v) Adiar qualquer informação ou inquérito, se necessário.
- (9) A Autoridade pode ouvir ou analisar por escrito, qualquer pessoa que, na sua opinião, é afectada por uma investigação ou inquérito realizado pela Autoridade.
- (10) A Autoridade pode pedir a uma empresa ou a outra pessoa, se achar oportuno, que disponibilize informação sobre produtos manufacturados produzidos ou fornecidos por essa pessoa se a Autoridade julgar que é necessário determinar se o comportamento da empresa em relação aos produtos constitui uma prática anti-competitiva.

- (11) Se a Autoridade não concordar com a informação especificada no parágrafo 7º deste Artigo, ela pode tirar conclusões com base na informação disponível.
- (12) Todas as empresas ou pessoas convocadas para participar, apresentar provas ou produzir documentos em qualquer sessão da Autoridade devem ser obrigadas a responder às convocatórias.
- (13) As audiências da Autoridade devem ser públicas, mas esta pode, se as circunstâncias o permitirem, realizar uma audiência à porta fechada.
- (14) Uma pessoa comete uma infracção e é responsável pelo pagamento de uma multa se essa pessoa:
 - (a) Sem causa aparente, se recusar a:
 - i) comparecer perante a Autoridade se devidamente notificada através de convocatória;
 - ii) produzir um documento exigido por essa convocatória;
 - (b) Destruir qualquer registo susceptível de ser necessário para uma investigação que começou no quadro do Acto Suplementar, com a intenção de enganar a Autoridade ou evitar e impedir a investigação;
 - (c) Sendo uma testemunha, abandona a sessão da Autoridade sem a sua permissão;
 - (d) Conscientemente:
 - i) insulta qualquer membro ou funcionário da autoridade; ou
 - ii) impede ou interrompe as sessões da Autoridade.

ARTIGO 5º: PODER DE ENTRADA E BUSCA

A Autoridade pode, se necessário, e com o objectivo de recolher provas do envolvimento de uma pessoa ou empresa num comportamento anti-competitivo ou comportamento susceptível de ser anti-competitivo, solicitar a Autoridade das competentes instituições nacionais para:

- (i) realizar uma busca de acordo com procedimentos legais;
- (ii) inspeccionar e retirar temporariamente, de acordo com os procedimentos legais, quaisquer documentos ou extractos sob o controlo de qualquer pessoa, com o fim de fazer cópias.

ARTIGO 6º : INTERRUPÇÃO DA INVESTIGAÇÃO OU INQUÉRITO

Em qualquer fase da investigação ou inquérito no quadro do Acto Suplementar, se a Autoridade ou o investigador designado por ela, for de opinião de que o assunto a ser investigado ou sujeito a inquérito não justifica mais investigação ou inquérito, a Autoridade pode interromper o inquérito ou investigação. Se a Autoridade decidir pela interrupção, deve submeter um relatório escrito ao Presidente da Comissão dentro de 30 dias e informar as partes envolvidas dentro do mesmo período, desta decisão indicando as razões da interrupção.

ARTIGO 7º SANÇÕES OU MEDIDAS CONTRA PRÁTICAS ANTI- COMPETITIVAS

- (1) Se a Autoridade, após conclusão das investigações, estiver convencida de que há provas para presumir a violação das disposições do Acto Suplementar que adopta as Normas de Concorrência da Comunidade, deve aplicar as devidas sanções contra os infractores. Um recurso contra a decisão da Autoridade deve ser levado ao Tribunal de Justiça da Comunidade.
- (2) Para além da sanção prevista no Artigo 4º, parágrafo 14 e Artigo 8º, parágrafo 2, a Autoridade também pode pagar compensações como previsto no Artigo 8º, parágrafo 3, Artigo 9º, parágrafo 3 e Artigo 10º deste Acto Suplementar.
- (3) As decisões tomadas pela Autoridade de acordo com os parágrafos 1 e 2 deste Artigo podem ser sujeitas a recurso. O Tribunal de Justiça da Comunidade pode reunir como Tribunal de Recurso e a sua decisão deve ser final.

ARTIGO 8º
MEDIDAS DA AUTORIDADE EM RELAÇÃO A ACORDOS E
PRÁTICAS CONCERTADAS QUE AFECTAM O COMÉRCIO

- (1) Salvo indicação contrária, quando a Autoridade determinar que qualquer acordo, decisão ou prática concertada constitui uma violação do Acto Suplementar que adopta as Normas de Concorrência da Comunidade, procede de acordo com as disposições do Artigo 5º parágrafo 1 do presente Acto Suplementar.
- (2) Qualquer pessoa que executar uma acção proibida pelo Artigo 5º do Acto Suplementar que adopta as Normas de Concorrência da Comunidade e se não terminar essa acção num prazo determinado pela Autoridade, comete uma infracção e deve pagar uma multa.
- (3) Qualquer pessoa que tenha sofrido prejuízos devido a qualquer medida anti-competitiva proibida deve pedir uma indemnização à Autoridade. A Autoridade e o Tribunal de Justiça da Comunidade devem dar instruções às partes sobre essa medida proibida a fim de pagarem ao requerente a compensação que for determinada.

ARTIGO 9º
MEDIDAS DA AUTORIDADE EM RELAÇÃO AO ABUSO DA
POSIÇÃO DOMINANTE DO MERCADO

- (1) Se a Autoridade tiver razões para acreditar que uma ou mais empresas que têm uma posição dominante num mercado importante abusarem ou estão a abusar dessa posição, a Autoridade deve conduzir uma investigação sobre a questão.
- (2) Se a Autoridade considerar que a infracção referida no parágrafo 1 ocorreu ou está a ocorrer e que essa infracção provocou ou está a provocar ou é susceptível de provocar a diminuição substancial da concorrência no Mercado Comunitário, a Autoridade deve preparar um relatório indicando as práticas que constituem o abuso e deve:
 - (a) Notificar as empresas envolvidas das suas conclusões; e

- (b) Instruir as empresas envolvidas para, imediatamente ou numa data determinada pela Autoridade, abandonarem a prática abusiva.
- (3) Qualquer pessoa que sofreu prejuízos resultantes de uma prática anti-competitiva proibida nos termos do Artigo 8º do Acto Suplementar que adopta as Normas de Concorrência da Comunidade, tem direito a ser indemnizada pela Autoridade. A Autoridade pode dar ordens ao infractor ou infractores para pagar ao requerente ou requerentes essa compensação de acordo com o que ela determinar.

ARTIGO 10º
MEDIDAS DA AUTORIDADE EM RELAÇÃO À AJUDA
ESTATAL E PRÁTICAS ANTI-COMPETITIVAS DAS EMPRESAS
ESTATAIS

Uma pessoa ou um Estado-membro que foi lesado devido a práticas anti-competitivas proibidas nos termos do Acto Suplementar que adopta as Normas de Concorrência da Comunidade, pode pedir uma indemnização à Autoridade e esta pode, se estiver de acordo e se as circunstâncias do caso o justificarem, ordenar ao infractor ou infractores que paguem uma indemnização ao requerente.

ARTIGO 11º
MODALIDADES DE APLICAÇÃO DAS DECISÕES TOMADAS
PELA AUTORIDADE E PELO TRIBUNAL DA JUSTIÇA DA
COMUNIDADE

- (1) As decisões da Autoridade e do Tribunal de Justiça da Comunidade que comportam obrigações pecuniárias sobre indivíduos e/ou empresas devem ser vinculativas.
- (2) A aplicação, que será submetida pelo Escrivão Principal do Tribunal do Estado Membro em questão, deve ser regida pelas normas do processo civil em vigor no referido Estado Membro.
- (3) A fórmula de execução deve ser aplicada pela autoridade nacional designada pelo Governo de cada Estado Membro, sem qualquer outro controlo a não ser o de verificar a autenticidade da decisão.

- (4) Os Estados Membros devem designar a competente autoridade nacional, que deve receber ou implementar as decisões da Autoridade da Concorrência e as do Tribunal de Justiça da Comunidade e notificar a sua nomeação à última.
- (5) A aplicação da decisão referida no parágrafo 1 deste Artigo só pode ser suspensa por decisão do Tribunal de Justiça da Comunidade.

ARTIGO 12º FINANCIAMENTO DAS ACTIVIDADES DA AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

As actividades da Autoridade da Concorrência devem ser financiadas por dotação orçamental atribuída de acordo com as disposições do Tratado da CEDEAO e a partir de outras fontes que o Conselho de Ministros determinar.

ARTIGO 13º CONTAS E AUDITORIA

- (1) As contas da Autoridade devem ser auditadas anualmente pelos Auditores Externos das instituições da Comunidade.
- (2) Um extracto de contas auditado de acordo com o parágrafo 1 será apresentado ao Conselho de Ministros através da Comissão de Administração e Finanças.

ARTIGO 14º REGULAMENTO INTERNO

Todas as outras questões relacionadas com a organização da Autoridade e as normas que regem o seu funcionamento não estipuladas neste Acto Suplementar ou num Regulamento devem ser definidas no Regulamento Interno da Autoridade da Concorrência tal como aprovado pelo Conselho.

ARTIGO 15º EMENDA E REVISÃO

- (1) Os Estados Membros, o Conselho de Ministros, o Parlamento e a Comissão da CEDEAO podem apresentar propostas de emenda ou revisão deste Acto Suplementar.
- (2) As propostas que não vierem da Comissão da CEDEAO devem ser submetidas à mesma. A Comissão deve enviar aos Estados Membros todas as propostas para emenda e revisão, 30 dias após a sua recepção. Depois de expirar o prazo de 30 dias dado aos Estados Membros, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo analisará as propostas de emenda ou revisão do Acto Suplementar.
- (3) As emendas ou revisões devem ser adoptadas pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo de acordo com as disposições do Artigo 9º do Tratado da CEDEAO. As emendas e revisões adoptadas devem entrar em vigor depois da sua publicação no Boletim Oficial da Comunidade.

ARTIGO 16º PUBLICAÇÃO

Este Acto Suplementar deve ser publicado pela Comissão da CEDEAO no Boletim Oficial da Comunidade dentro de 30 dias após a sua assinatura pelo Presidente do Conselho de Ministros. Deve igualmente ser publicado por cada Estado Membro no respectivo Boletim Nacional dentro de 30 dias após notificação da Comissão.

ARTIGO 17º ENTRADA EM VIGOR

1. Este Acto Suplementar entra em vigor depois da sua publicação. Por conseguinte, os Estados Membros signatários e as Instituições da CEDEAO devem começar a implementação das suas disposições depois da sua entrada em vigor.
2. Este Acto Suplementar encontra-se em anexo ao Tratado da CEDEAO do qual faz parte integrante.

ARTIGO 18º
AUTORIDADE DEPOSITÁRIA

Este Acto Suplementar deve ser depositado na Comissão, que envia cópias certificadas a todos os Estados Membros, e registado na União Africana, nas Nações Unidas e noutras organizações que o Conselho determinar.

**EM FÉ DE QUE, NÓS, CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA
COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA
OCIDENTAL, ASSINAMOS ESTE ACTO SUPLEMENTAR**

FEITO EM ABUJA, A 19 DE DEZEMBRO DE 2008

***NUM ÚNICO ORIGINAL EM INGLÊS, FRANCÊS E PORTUGUÊS,
FAZENDO OS TRÊS TEXTOS IGUALMENTE FÉ***